

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS POVOS INDÍGENAS DE SÃO PAULO (COMPISP)**

ATA DE REUNIÃO Nº 05

Pautas:

1. Apresentação das Ações realizadas pela Secretária do Verde e Meio Ambiente em Apoio as Terras Indígenas - TI Jaraguá e TI Tenondé Porã
2. Agosto Indígena
3. Informes Gerais

Participantes Governo: Grecia Griselda Delgado Kama (Titular/SMDHC); Ligia Maria Agüero da Silva Salomão (Suplente/SMDHC); Vitória Santos Coelho Carvalho (Suplente/SVMA); Marina Lopes Fernandes (Titular/SMADS); Roseli Marcelli Santos de Carvalho (Titular/SME), Regiane Akemi Ishii (Titular/SMC), Maria Joseane Santana Sobral Santos (Coordenadora - COPIND/SMDHC); Josiane de Paula,(Assessora - COPIND/SMDHC); Simone Roza Bernardo de Souza(Assessora - COPIND/SMDHC); Luan Miguel (Estagiário DPS); Matheus Leal (estagiário SMDHC/ CPDDH)

Participantes Sociedade Civil: Kilvane de Souza Santos (Titular/ Etnia Pankararu); Éllida Nascimento da Silva (Titular/ Etnia Pankararé) Akayse (Titular/ Etnia Fulni-ô) Maria Elma (Kariri- Xocó)

Convidados e Ouvintes:

Denilza (Kaimbé), Juan Cusicanki (Aymara), Daiane Movimentos de Mulheres Indígenas (Puri), Ivone (Pankararu), Cacique Alex (Kaimbé), Iradzu (kariri - Xocó) Tania (Guarani Nhandeva)

Aos vinte e seis dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, às 14h15, em formato híbrido, no Auditório da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, teve início a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Povos Indígenas (COMPISP), conduzida pela presidente Grecia Delgado e a coordenadora Maria Josiane. A coordenadora informou que a reunião estava sendo gravada e solicitou que os participantes, tanto presenciais quanto remotos, realizassem suas apresentações.

Dando sequência à reunião, após as apresentações dos participantes, Grécia conselheira e presidente do conselho realizou a abertura da 5ª Reunião Ordinária do COMPISP, apresentando as pautas a serem tratadas e ressaltando que o microfone permaneceria aberto

durante toda a reunião para que os participantes pudessem realizar informes, convites ou demais comunicações pertinentes.

Em seguida, Maria Joseane fez um adendo sobre a apresentação das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), esclarecendo que a iniciativa tem como objetivo ampliar a participação e o diálogo do Conselho com os representantes das demais secretarias municipais. Destacou a importância de compreender as ações que vêm sendo desenvolvidas junto à população indígena, identificar aspectos que necessitam de aprimoramento e facilitando para o Conselho acessar e repassar essas informações às comunidades indígenas.

Ressaltou ainda que a proposta busca fortalecer a transparência e a atualização das políticas públicas executadas por cada secretaria. Informou que o COMPISP poderá sugerir quais secretarias deverão apresentar suas ações e trabalhos voltados à população indígena, reforçando a importância da aproximação entre o Conselho e as secretarias representadas em sua composição. A Grecia acrescentou que o propósito com o novo colegiado, é continuar trabalhando com a transparência e ao mesmo tempo apresentar os trabalhos que são desenvolvidos nas outras secretarias, sendo o acesso à informação importante para todos.

Na sequência, foi transmitida uma apresentação, e Vitória, conselheira representante da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), realizou, com o apoio de slides, uma explanação sobre as ações desenvolvidas pela Secretaria em apoio às Terras Indígenas Jaraguá e Tenondé Porã.

Inicialmente, apresentou um cronograma sobre o ingresso da Secretaria no COMPISP, ocorrido em 2023. Em seguida, convidou Roseli para complementar a apresentação, destacando que ela atuou como representante da Secretaria no Conselho naquele período.

Roseli se apresentou e informou que também participou do Conselho em 2010, quando atuava pela Subprefeitura de Parelheiros. Relatou ainda que trabalha com a população indígena desde 2003, inicialmente por meio de um projeto vinculado à Furnas Centrais Elétricas, e que integra a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente há 16 anos. Informou que, em 2023, exercia suas atividades na Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz (UMAPAZ).

Dando continuidade à apresentação, foram destacadas as atividades desenvolvidas pela Secretaria, incluindo capacitações e o apoio prestado à Conferência do Meio Ambiente realizada no ano anterior, ocasião em que foi viabilizada a participação indígena e promovido apoio a ações de reflorestamento em aldeias.

Na sequência, foi exibido o registro fotográfico de uma entrega de mudas realizada na Aldeia Yrexakã. Durante a apresentação, foi mencionado o apoio prestado por Radomir, servidor e integrante do Programa Sampa + Rura, que tem auxiliado no transporte das mudas até as



aldeias. Foi destacada ainda a parceria entre a SVMA e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET) para a viabilização da entrega das mudas.

Roseli ressaltou que as solicitações atendidas tiveram origem nas demandas apresentadas por meio do COMPISP, destacando que a Secretaria dispõe das mudas, mas enfrenta limitações relacionadas ao transporte. Vitória reforçou que os pedidos de mudas devem ser encaminhados por intermédio do Conselho e informou que a SVMA, por meio de seus viveiros, consegue fornecer as mudas necessárias, necessitando, entretanto, de apoio logístico para o transporte. Também foram apresentados registros fotográficos de entregas de mudas realizadas no território do Jaraguá, igualmente viabilizadas em parceria com a SMDET.

Em seguida, foi exibido o registro fotográfico de uma capacitação realizada na Aldeia Yrexakã no ano de 2026, promovida em parceria com a Casa da Agricultura, que contou com a participação de integrantes de outras aldeias. Roseli informou que a SMDET disponibiliza kits de insumos e relatou que, durante a formação, foi realizada uma atividade prática sobre produção e aplicação de bioinsumos, incluindo a pulverização em árvores frutíferas e orientações técnicas sobre manejo e conservação do solo.

Na continuidade da apresentação, Vitória abordou a situação da estrada de acesso à Aldeia Yrexakã. Informou que, após visita técnica realizada por Roberto Carlos, gestor da APA Capivari-Monos. Foi instaurado um processo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), atualmente disponível para consulta pública. Esclareceu que o processo encontra-se sob responsabilidade da Subprefeitura de Parelheiros e está em fase de licitação para contratação da empresa que executará as obras de revitalização da Estrada São Manuel.

A Vitória informou ainda que foram realizadas reuniões de acompanhamento com a Subprefeitura, em razão da necessidade de manutenção da via de acesso à aldeia. Complementando a informação, Maria Joseane destacou que a Coordenação dos Povos Indígenas (COPIND) também vem realizando o acompanhamento do referido processo.

A Vitória apresentou registro da ação de plantios de mudas realizado no Jaraguá e destacou que já foram entregues mais de 690 mudas de plantios. Roseli ressaltou que para a ação de plantios na aldeia Pindo Mirim, a SMDHC contribuiu com o transporte das mudas. Também foi apresentada a participação e o apoio ao 12º Festival de Direitos Humanos e ao Festival dos Povos Indígenas, realizados no Parque Trianon em 2024. Além disso, foi destacado o apoio às atividades do Abril Indígena de 2025, realizado no Parque Natural Fazenda do Carmo, que contou com rodas de conversa, contação de histórias para crianças da rede municipal de ensino, realização de trilhas e plantio simbólico de mudas de árvores. Foi mencionada ainda a participação no Abril Indígena de 2026, realizado no Centro Cultural Vergueiro.

Foi apresentado o livro elaborado pelo herbário da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), disponível para consulta online e na biblioteca da secretaria. A publicação

trata do levantamento florístico realizado na Terra Indígena Tenondé Porã. Informou ainda que está sendo elaborado um termo para a continuidade do levantamento arbóreo nas Terras Indígenas de São Paulo, documento que atualmente se encontra em revisão e segue em acompanhamento.

Finalizando sua apresentação, disponibilizou o site da secretaria para acompanhamento dos demais programas desenvolvidos. Informou também que participa do NVPT - Núcleo de Valorização do Patrimônio Ambiental, vinculado diretamente à Educação Ambiental. O núcleo atua na Área de Proteção Ambiental (APA) Capivari-Monos, cuja gestão é realizada por Roberto Carlos. Mencionou ainda o projeto Regulaparcs e o projeto Demarca, responsável pela demarcação de áreas que serão transformados em parques, bem como pelo desenvolvimento de ações de recuperação ambiental junto às comunidades locais.

Destacou que a secretaria integra o COMPISP e outros conselhos e que existem mais de 123 parques disponíveis no município. Apresentou também o Programa de Serviços Ambientais (PSA), desenvolvido na zona sul de São Paulo, por meio do qual os participantes se inscrevem e recebem incentivo para colaborar na preservação das florestas e áreas de mananciais.

Roseli agradeceu o trabalho desenvolvido junto às aldeias, ressaltando que se trata de uma atuação desafiadora, porém necessária. Informou ainda que as aldeias interessadas em realizar ações de plantio podem formalizar solicitações à secretaria, destacando, entretanto, as dificuldades relacionadas ao transporte.

Akayse, conselheira representante do povo Fulni-ô no conselho, relatou que foi realizada uma reunião referente ao Programa Operação Trabalho (POT), com a participação do Ministério Público Federal (MPF) e da SVMA. Na ocasião, foi discutida a possibilidade de construção de um projeto de hortas urbanas, e questionou sobre o andamento da proposta.

Em resposta a Akayse, Roseli informou que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET) é a responsável pela coordenação do Programa POT e, portanto, detém informações mais detalhadas sobre o tema. Vitória complementou esclarecendo que a SVMA atua no POT Parques, cujas atividades são desenvolvidas nos parques urbanos.

Maria Joseane recordou que, na reunião ordinária de janeiro de 2026, a SMDET foi convidada a apresentar atualizações sobre a demanda trazida pelo COMPISP referente à criação de um POT específico para os povos indígenas. Informou que a solicitação foi encaminhada à secretaria competente e que, na última atualização, foi apresentada a possibilidade de utilização das vagas já existentes para inclusão de indígenas. Contudo, a criação de um POT exclusivo para indígenas ainda permanece em tramitação, contando com o acompanhamento do MPF, que vem cobrando providências juntamente com o COMPISP.

Maria Joseane destacou ainda que o conselho pode indicar secretarias para futuras apresentações e atualizações de ações voltadas às demandas prioritárias apontadas pelo COMPISP. Ressaltou que essa estratégia amplia a atuação do conselho para além do simples encaminhamento de ofícios. Informou também que a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) foi oficiada pelo MPF e que, em reunião realizada com a COPIND, tomou conhecimento das solicitações, e que a SMADS está se articulando para atender às demandas e, em momento oportuno, deverá dialogar com o COMPISP para compreender o entendimento do conselho sobre a questão e dar continuidade às ações, incluindo formações relacionadas ao censo e aos entrevistadores que atuam em apoio às atividades.

Grécia informou que, até aquele momento, não havia representante da SMADS presente na reunião.

Akayse elogiou a apresentação da Secretaria do Verde, destacando o trabalho desenvolvido por Roseli junto aos povos indígenas ao longo dos anos e agradecendo a Vitória pelo apoio e esclarecimentos prestados. Destacou que ficaram de planejar algo com o verde para além do Abril e Agosto Indígena e perguntou para Vitória como ficou o encaminhamento.

Vitória respondeu que as demandas devem ser encaminhadas por meio do COMPISP e que propostas de atividades e solicitações de informações podem ser apresentadas nas reuniões do conselho. Caso não disponha das informações no momento, comprometeu-se a encaminhá-las ao departamento responsável para posterior devolutiva. Ressaltou que a secretaria administra 123 parques urbanos, além dos parques naturais localizados em áreas mais afastadas, os quais permanecem à disposição para o planejamento de atividades, incluindo ações de capacitação.

Roseli destacou a importância da participação indígena no conselho gestor da APA, ressaltando que existem cadeiras destinadas à representação indígena, mas que atualmente não estão sendo ocupadas. Salientou que essa participação é fundamental, considerando que diversas aldeias estão inseridas no território da APA. Como exemplo, citou o encaminhamento relacionado à estrada de acesso, que só avançou porque o gestor da APA realizou visita presencial à aldeia para dialogar diretamente com a comunidade. Enfatizou que muitas demandas poderiam ser tratadas no próprio conselho da APA, onde são debatidos diversos temas de interesse das comunidades. Por fim, sugeriu que o COMPISP contribua na sensibilização e mobilização de representantes indígenas para ocuparem essas cadeiras de participação.

Akayse solicitou que fossem encaminhadas ao COMPISP as informações e os documentos necessários para que o conselho possa contribuir na articulação, divulgação e indicação de representantes para participação no conselho da APA. Roseli informou que o gestor da APA

já participou anteriormente de reuniões do COMPISP e reforçou a importância da participação indígena nesse espaço de representação e deliberação.

Akayse relatou que participou da reunião mencionada, porém destacou a necessidade de dialogar previamente com as lideranças indígenas. Ressaltou que, diante da quantidade de informações apresentadas, muitas vezes é necessário mais tempo para processarem e assim repassá-las às comunidades.

Roseli recordou que, no início de criação da Área de Proteção Ambiental (APA), em 2001, lideranças indígenas como Timóteo, Marcos e Manoel, que exerciam a função de caciques na época, participavam ativamente das reuniões e discussões do conselho. Destacou que essa participação foi fundamental para o avanço de diversas pautas de interesse das aldeias contribuindo, entre outros aspectos, para o fortalecimento do turismo e de outras iniciativas voltadas aos interesses dos territórios indígenas. Roseli mencionou que tem vários parques que podem ser utilizados, mas que precisam ser encaminhados com antecedência a intenção de realização de atividades.

Juan participante ouvinte, mencionou que já havia sido trazido para a reunião no ano passado a questão das estradas de Marsilac. Acredita estarem no bom caminho e torce para que logo seja resolvido. Grecia agradeceu a participação de Juan, Vitória e Roseli, ressaltando a importância de trazer falar dos trabalhos realizados nos territórios sendo uma forma de passar para os conselheiros levarem para suas as lideranças e assim construir outros projetos, seguiu para a segunda pauta da reunião com o tema Agosto indígena.

Maria Joseane salientou a importância de sempre considerar os prazos necessários para o encaminhamento das demandas ao Gabinete e às demais instâncias competentes. Nesse sentido, informou que a reunião se encontrava aberta para o recebimento de sugestões relacionadas ao Agosto Indígena, buscando garantir tempo hábil para o planejamento e a organização das atividades. Destacou que o objetivo é possibilitar o atendimento das demandas e expectativas apresentadas pelo COMPISP, fortalecendo a construção coletiva.

Ressaltou que Grécia, na qualidade de Presidente do COMPISP tem dedicado atenção a esse processo, reforçando a importância de que o diálogo com o conselho seja iniciado com antecedência, de modo que seus integrantes possam contribuir com sugestões.

Informou que, após a reunião, os interessados poderão solicitar o número do processo e o material apresentado pela SMVA. Comunicou também que a COPIND buscará agendar uma reunião interna com a Subprefeitura para tratar das pautas apresentadas.

Esclareceu que na primeira reunião ordinária ainda contava com a composição da gestão anterior e não houve quórum para deliberação. Já a segunda e a terceira reuniões foram dedicadas exclusivamente à condução do processo eleitoral e à escolha da nova composição do COMPISP, atividade que exigiu esforços em conjunto da sociedade civil, dos conselheiros

e da Secretaria. Destacou, ainda, o trabalho de planejamento e produção das ações do Abril Indígena.

Reforçou que, paralelamente a essas atividades, a Coordenação tem buscado atender, dentro das condições disponíveis, as demandas dos territórios relacionadas a transporte, apoio logístico, acolhimento, visitas técnicas e formações. Por esse motivo, já na quinta reunião ordinária, o Agosto Indígena foi apresentado como pauta prioritária, visando garantir a organização prévia das ações e o atendimento adequado às necessidades apontadas pelas comunidades e pelo Conselho.

Grécia destacou que o Agosto Indígena está se aproximando e que, assim como as demais ações promovidas pela Coordenação, sua construção ocorre de forma coletiva, com a participação do Conselho, do Grupo Multiétnico e de pessoas envolvidas no processo. Em seguida, foi realizada a apresentação de slides contendo sugestões de atividades para a programação do Agosto Indígena.

Entre as propostas apresentadas, destacaram-se apresentações culturais e musicais, ressaltando que os povos indígenas desenvolvem diversas expressões artísticas e culturais, incluindo a atuação de poetas, escritores, contadores de histórias e outros agentes culturais. Também foi mencionada uma demanda apresentada por visitantes em eventos anteriores referente à ampliação de atividades voltadas ao público infantil.

Informou que, nos eventos culturais, tanto na abertura quanto no encerramento das atividades, costuma ser realizado o Toré, dança tradicional indígena, observando-se sempre as particularidades de cada povo e etnia, bem como o respeito aos seus ritos sagrados e tradições culturais.

Foram também sugeridos a possibilidade de exposições audiovisuais, com apresentações em telão, de trabalhos realizados por indígenas, além da realização de exposições e comercialização de artesanatos, e as rodas de conversa sobre diferentes temas de interesse dos povos indígenas, sendo cada roda organizada em torno de uma temática específica.

Solicitou para esta primeira etapa de planejamento, que os conselheiros dialoguem com seus territórios, e na próxima reunião do COMPISP tragam proposta, sugestões para que seja avaliado por todos em reunião e pensar o tema e meios de divulgação do evento e assim elaborar o cronograma com a validação de todos.

Maria Joseane ressaltou que, quando se fala em card oficial, convite digital e lista de participantes, é necessário que haja tempo hábil para refletir sobre a representatividade indígena, pauta reivindicada pelas comunidades. Destacou que é justo e necessário que essa representatividade esteja presente tanto nos materiais audiovisuais quanto na linguagem utilizada na comunicação institucional. Informou que pode ser construído um material junto com COMPISP e apresentado para a comunicação, com o olhar e as perspectivas dos povos

indígenas, será possível produzir conteúdo mais representativos e alinhados às expectativas do Conselho.

Ressaltou que existem diversas imagens e registros de atividades já realizadas e lembrou que os indígenas consideraram os materiais produzidos pela Secretaria mais representativos quando utilizaram fotografias reais das ações desenvolvidas. Destacou ainda que o COMPISP possui autonomia para encaminhar fotografias, imagens e autorizações de uso de imagem do coletivo, possibilitando sua utilização na elaboração dos materiais de divulgação, buscando contemplar da melhor forma possível as solicitações apresentadas pelo Conselho.

Kilvane questionou se já havia data prevista para a realização do Agosto Indígena, quantas pessoas por território poderiam ser contratadas e qual seria o valor previsto para pagamento dos participantes que viessem a ser contratados.

Maria Joseane informou que a pauta foi trazida antecipadamente justamente para que tais questionamentos constassem em ata e pudessem ser respondidos com brevidade, evitando negociações próximas ao período de execução do evento. Ressaltou que, quando o COMPISP é solicitado a indicar possíveis participantes, o objetivo é reunir informações que subsidiem a construção coletiva do Agosto Indígena, garantindo transparência e a efetiva participação de todas as etnias, bem como do Grupo Multiétnico.

Catarina sugeriu a definição de um prazo para que as informações fossem encaminhadas à Coordenação com antecedência suficiente para análise e devolutiva. Maria Joseane respondeu que o intuito das reuniões, ainda que extensas e demandem a elaboração de atas, é possibilitar que os conselheiros e participantes já saiam dos encontros com encaminhamentos definidos.

Ellida, Vice-Presidente do Conselho, questionou sobre o ofício encaminhado pela liderança Ivone à Coordenação, manifestando não se recordar de ter recebido devolutiva sobre o documento. Informou que nos dias 15 e 16 de agosto sua família, residente em Itapevi, realizará uma atividade com os povos indígenas da região e que, por esse motivo, ela e grande parte da população Pankararé não conseguiriam participar de outro evento realizado nas mesmas datas. Solicitou, portanto, que essas datas não fossem consideradas para a realização do Agosto Indígena.

Ressaltou que os apontamentos apresentados por Kilvane eram pertinentes e que a Coordenação já poderia ter apresentado informações mais detalhadas antes que o tema seja levado às comunidades. Destacou que é difícil consultar a população sem informações concretas sobre data, quantidade de participantes e demais detalhes da atividade. Observou ainda que os meses de abril e agosto costumam concentrar diversas atividades indígenas e que seria importante a apresentação de uma minuta mais estruturada, permitindo melhor compreensão e planejamento.

Como exemplo, citou a necessidade de conhecer previamente valores estimados para apresentações culturais, mencionando grupos dos povos Pankararé, Pankararu e Kariri-Xocó. Segundo sua avaliação, mesmo que os recursos ainda não estejam aprovados e dependam de análise do Gabinete, seria importante conhecer parâmetros orçamentários para orientar as consultas junto às comunidades e evitar desinformação.

Maria Joseane respondeu que respeitava a fala de Ellida, e esclareceu que a expressão utilizada para caracterizar o planejamento não correspondia à visão da gestão. Destacou que a equipe realiza um trabalho sério e que a antecipação da pauta do Agosto Indígena tinha justamente o objetivo de iniciar consultas e construir coletivamente o evento com tempo hábil. Informou que, caso o cronograma venha a contemplar datas que coincidam com atividades já previstas pelas comunidades, essas datas serão reavaliadas. Ressaltou ainda que a Secretaria busca atender os diferentes territórios Pankararu, tanto do Real Parque quanto de Sapopemba, considerando as demandas apresentadas pelas lideranças locais.

Esclareceu que o ofício relacionado ao território do Real Parque contempla atividade prevista para o mês de agosto e que os Pankararu de Sapopemba já haviam sido atendidos em atividade realizada no último domingo, contando com apoio da Coordenação. Sobre o ofício encaminhado por Ivone, informou que foi enviado retorno por áudio confirmando o recebimento do documento e o apoio à atividade do Real Parque.

Ellida esclareceu que trouxe o tema do ofício à reunião porque não pôde permanecer até o final da reunião anterior e, por isso, desconhecia a devolutiva apresentada. Destacou que tem conhecimento do apoio prestado aos dois territórios e que participou da atividade realizada em Sapopemba. Ressaltou a importância de que as comunidades saibam que podem contar com o apoio institucional da Secretaria.

Informou ainda que encaminhará convite para a atividade organizada por sua família em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos de Itapevi e manifestou o interesse em contar com a participação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos.

Retomando a discussão sobre o Agosto Indígena, destacou a importância de definir previamente quantas pessoas poderão ser contempladas, evitando situações em que convites sejam feitos a um número maior de etnias do que o efetivamente possível de atender. Citou como exemplo o povo Kaimbé, que possui diferentes lideranças, tornando necessário planejamento prévio para garantir participação equilibrada.

Maria Joseane agradeceu as contribuições e ressaltou que busca sempre responder integralmente às manifestações apresentadas. Destacou que os debates realizados no âmbito do Conselho são acompanhados pela Prefeitura de São Paulo e registrados em ata, motivo pelo qual considera importante contextualizar adequadamente as falas e o trabalho desenvolvido pela gestão e pela equipe da COPIND.

Informou que a Coordenação está aberta ao recebimento de questionamentos e tem buscado mobilizar diferentes secretarias e representantes do poder público para fortalecer a realização do Agosto Indígena. Em relação às datas, questionou se poderiam ser descartados os dias 9, 15 e 16 de agosto.

Grécia informou que o dia 9 de agosto coincide com as celebrações do Dia dos Pais, motivo pelo qual algumas pessoas já haviam manifestado preocupação quanto à realização do evento nessa data. Reforçou que a proposta de manter a data em aberto tinha como objetivo possibilitar uma decisão coletiva. Informou ainda que a próxima reunião ordinária do Conselho, inicialmente prevista para 30 de julho, precisará ser remarcada em razão da coincidência com a entrega das cestas básicas destinadas à população indígena.

Sugeri que, até o dia 19, as lideranças encaminhem, por escrito ou verbalmente, informações sobre as atividades que cada etnia poderá apresentar, bem como os respectivos valores praticados, permitindo diálogo interno com o Gabinete e demais secretarias.

Juan destacou a importância do apontamento realizado por Ellida sobre a necessidade de apresentação prévia de informações orçamentárias, uma vez que as lideranças precisam saber quais formatos de participação poderão ser viabilizados. Manifestou expectativa de que, na próxima reunião, seja possível aprofundar o debate sobre os recursos disponíveis.

Grécia consultou os presentes sobre a possibilidade de fixar o dia 19 como prazo para encaminhamento das propostas.

Lígia ponderou que apenas discutir possibilidades sem informações concretas não seria suficiente. Em sua avaliação, seria importante reunir previamente as propostas para análise conjunta, além de contar com uma estimativa orçamentária que possibilite avaliar a viabilidade das ações e buscar eventuais complementações.

Maria Joseane ressaltou que a discussão antecipada do Agosto Indígena, ainda no final do mês de maio, já representa um esforço para superar dificuldades enfrentadas em anos anteriores relacionadas a prazos de contratação, logística e definição de espaços. Destacou que, para além dos recursos financeiros, há diversos atores envolvidos no COMPISP capazes de contribuir para o fortalecimento do evento, sendo importante o engajamento das diferentes secretarias representadas no Conselho.

Lígia observou que a definição das imagens de divulgação poderia ser construída coletivamente pelos próprios indígenas, permitindo que o material produzido pela comunicação institucional reflita de forma mais adequada a diversidade dos povos representados.

Marina reiterou a importância de haver uma estimativa orçamentária para orientar a construção das propostas.

Maria Joseane registrou que o pedido de informações orçamentárias foi formalizado pelo COMPISP e que a reunião constitui um importante subsídio para a busca de soluções e construção coletiva do Agosto Indígena.

Ellida sugeriu que o Agosto Indígena fosse realizado em um parque, a exemplo da edição anterior, e solicitou apoio de Vitória na identificação de espaços adequados, considerando sua experiência e conhecimento sobre os parques municipais.

Maria Joseane lembrou que, em diálogo realizado no mês de abril, a possibilidade de utilização da Vila Itororó para o Agosto Indígena permaneceu em aberto para futuras tratativas.

Vitória informou que o município conta com 123 parques e que pode realizar levantamento dos espaços com melhor infraestrutura e acessibilidade para apresentar na reunião prevista para o dia 23 de julho.

Grécia destacou a importância de considerar, além da disponibilidade dos espaços, possíveis restrições existentes, mencionando práticas culturais específicas, como o uso do cachimbo por alguns indígenas.

Vitória esclareceu que determinados parques funcionam sob regime de concessão, sendo administrados por empresas privadas, o que pode resultar em regras diferenciadas para utilização dos espaços.

Ellida observou que a questão relacionada ao uso do fumo poderia ser discutida com Rodrigo e Roseli e destacou que a Secretaria do Verde tem sido parceira em diversas ocasiões, havendo precedentes de flexibilização de determinadas regras mediante diálogo.

Juan aproveitou a oportunidade para convidar os presentes a participarem do evento em comemoração ao Ano Novo Andino, programado para ocorrer entre os dias 20 e 21 de junho, com atividades iniciadas à meia-noite e encerradas às oito horas da manhã.

Grécia agradeceu o convite e solicitou que as informações fossem compartilhadas nos grupos de comunicação do Conselho.

Akayse sugeriu a realização de uma reunião extraordinária no dia 23, caso houvesse concordância dos conselheiros. Ressaltou ainda que datas comemorativas e feriados costumam favorecer a comercialização de artesanato pelos artesãos indígenas, razão pela qual merecem atenção no planejamento.

Maria Joseane esclareceu que a reunião ordinária foi antecipada para o dia 23 justamente em razão da coincidência da data originalmente prevista com a entrega das cestas básicas à população indígena.

Informes

Grécia informou que, em relação aos pagamentos dos indígenas que realizaram atividades durante o Abril Indígena, no evento realizado em 19 de abril, algumas pessoas já receberam os valores, enquanto outras ainda estão em processo de pagamento. Destacou que a coordenação está acompanhando a situação e que, em caso de dúvidas, os interessados podem entrar em contato com a coordenação.

Lígia sugeriu verificar, junto ao departamento responsável pelos pagamentos, a existência de possíveis inconsistências, a fim de sinalizar e prestar esclarecimentos àqueles que ainda não receberam. Em resposta, Grécia informou que a coordenação está atenta e acompanhando todos os processos de pagamento, mantendo diálogo constante com os indígenas envolvidos. Ressaltou ainda que foi solicitado ao departamento responsável que todos os pagamentos sejam efetuados o mais breve possível.

Informou que, na reunião anterior do Conselho, Matheus e uma equipe da Secretaria Municipal de Cultura estiveram presentes para apresentar o lançamento do edital de premiação para agentes culturais indígenas, realizado pela Secretaria de Cultura com apoio da SMDHC. Destacou que este é o primeiro edital exclusivo para a população indígena por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB). O edital contemplará 30 indígenas, com premiação de R\$ 50.000,00 para cada selecionado, sem necessidade de prestação de contas.

Informou ainda que a equipe da Coordenação de Povos Indígenas, em parceria com a equipe da Cultura, realizou plantões nos territórios indígenas, a pedido das lideranças, para auxiliar na realização das inscrições e elaboração dos portfólios. Os plantões ocorreram na Aldeia Jaraguá, no CCINTER, e em Sapopemba, com os indígenas Pankararu. Também foi realizada uma visita ao território Tenondé Porã para esclarecimento de dúvidas relacionadas ao edital.

Relatou o apoio e a participação da Coordenação no evento do povo Pankararu, realizado na região de Sapopemba, e convidou Kilvane para contextualizar a atividade. Kilvane agradeceu o apoio recebido e informou que a equipe responsável pelo coffee break chegou no horário previsto, atendendo adequadamente às necessidades do evento. Agradeceu o suporte prestado e destacou que haverá nova edição no próximo ano. Grécia parabenizou a organização do evento.

Informou a participação da Coordenação na 3ª Oficina do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de São Paulo (PLAMSAN), realizada na UNIFESP.

Informou também o acompanhamento do caso de uma família indígena do povo Kaingang que teve seus artesanatos apreendidos. Por meio do contato com um familiar, foram levantadas informações que foram encaminhadas à Ouvidoria de Direitos Humanos, responsável pelo atendimento e pelas providências necessárias para a devolução dos

materiais. Ressaltou que, frequentemente, indígenas de outros estados vêm de forma transitória ao município para comercialização de artesanato sem a devida licença.

Registrou a participação na exposição “Jogos Indígenas do Xingu – Rituais pela Vida Ancestral”, realizada na Biblioteca Mário de Andrade. Informou que a exposição permanecerá disponível para visita até o dia 5 de junho.

Comunicou o recebimento de solicitação de apoio para o evento Pankararu do Real Parque, realizado anualmente. Informou que a coordenação já está em diálogo com as lideranças para tratar das demandas e do apoio necessário ao evento. Destacou que o encontro estava inicialmente previsto para ocorrer em abril, mas, por questões internas da comunidade, foi remarcado para o dia 8 de agosto.

Por fim, foi informado que, nos dias 27 e 28 de maio, a SMDHC realizaria plantões para atendimento, esclarecimento de dúvidas e auxílio nas inscrições do edital de premiação para agentes culturais indígenas.

Marina apresentou informe sobre a proposta de capacitações e formações destinadas aos entrevistadores sociais do Cadastro Único. Na ocasião, solicitou ao COMPISP sugestões de conteúdos que possam ser incorporados ao plano de capacitação, especialmente temas relacionados à cultura indígena, com o objetivo de qualificar o atendimento e ampliar o conhecimento dos profissionais sobre as especificidades dos povos indígenas.

Nada mais havendo a tratar, Grécia agradeceu a presença de todos, e a reunião foi encerrada às 16h18.

Encaminhamentos

| N. | Descrição dos encaminhamentos | Responsável |
|-----------|--|--------------------|
| 01 | Apresentação de sugestão de atividades dos Agentes Culturais | COMPISP |



| | | |
|-----------|--|---------|
| 02 | Definição de data do Evento – Agosto Indígena | COMPISP |
| 03 | Orçamento para a realização do Agosto Indígena | COPIND |
| 04 | Levantamento de lista de Parques para a realização do evento do Agosto Indígena. | SMVA |
| 05 | Devolutiva referente a elaboração do projeto de criação de hortas urbanas. | SMDET |
| 06 | Envio de maiores informações para o COMPISP ajudar na divulgação e indicação de indígenas para participar no conselho da APA | SMVA |

Grecia Griselda Delgado Kama
Conselheira Titular (SMDHC)

Kilvane de Souza Santos
Conselheira Titular (Pankararu)

Marina Lopes Fernandes
Conselheira Titular (SMADS)

Éllida Nascimento da Silva
Conselheira Titular (Etnia Pankararé)

Vitória Santos Coelho Carvalho
Conselheira Titular (SVMA)

Akayse Florentino Almeida
Conselheira Titular (Etnia Fulni-ô)

Regiane Akemi Ishii,
Conselheira Suplente (SMC)

Roseli Marcelli Santos de Carvalho,



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Conselheira Suplente (SME)